

# Governo faz ações contra ditadura após silêncio nos 60 anos do golpe

Comissão da Anista formaliza reparação a dois povos indígenas e Conselho de Direitos Humanos reabre processo de Rubens Paiva

KAROLINI RANDEIRA  
E RODRIGO CASTRO  
publica@oglobo.com.br  
atualização

Após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinar que o governo não fizesse manifestações em memória dos 60 anos do golpe, completados no domingo, a Comissão de Anistia e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, ambos vinculados ao Ministério dos Direitos Humanos, promoveram ações em favor de vítimas do regime militar. Pela primeira vez, a comissão formalizou uma reparação coletiva do Estado brasileiro a dois povos indígenas por perseguição, prisões e torturas na ditadura. Já o conselho reabriu, em âmbito interno, o processo do assassinato do ex-deputado Rubens Paiva, sequestrado e torturado no governo Médici, conforme noticiou o jornalista Lauro Jardim.

A reparação coletiva foi feita ontem aos indígenas Krenak, de Minas Gerais, e Guayarikú, de Mato Grosso do Sul. O reconhecimento da comissão é simbólico e não implica no ressarcimento finan-

ceiro. O Ministério Público recorreu após as duas ações serem rejeitadas pelo colegiado em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro. Até o ano passado, só era permitido à comissão analisar reparações individuais de vítimas da ditadura, regra do regimento que foi alterada.

— Em nome do Estado brasileiro, eu quero pedir perdão por todo sofrimento que o seu povo passou. A senhora, como liderança matrilíngua dos Krenak, por favor, leve o respeito, nossas homenagens e um sincero pedido de desculpas para que isso nunca mais aconteça —disse de joelhos a presidente da comissão, Ened de Stutz, após o julgamento dos Krenak.



Rubens Paiva. Torturado e morto

O órgão estima que a ditadura militar brasileira causou a morte de mais de 8 mil indígenas, por ação ou omissão. Para a presidente da Funai, Josenia Wajichana, o ato é um marco de justiça e reparação da violência cometida no passado: — A memória não é simplesmente apagada. Ela serve para corrigir erros, para fazer acertos, principalmente na administração de um país.

**“RECONHECIMENTO DE ERRO”**  
Para o escritor indígena e ativista ambiental Ailton Krenak, o dia de ontem foi histórico e passa longe de ser simbólico. Integrante do povo Krenak, Ailton é o primeiro indígena eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL).

— O reconhecimento não é só simbólico. O ato inaugura o reconhecimento do Estado à tentativa de aniquilamento dos povos indígenas, nesse caso o Krenak, durante a ditadura. É um reconhecimento de um erro que não pode acontecer no futuro. — afirmou. Em outra ação em favor de vítimas da ditadura, o Conselho Nacional dos Direitos Hu-



**Solemnidade:** A presidente da Comissão de Anistia, Ened de Stutz, pede desculpas ao povo Krenak, representado na cerimônia por duas indígenas: reparação do Estado brasileiro

## PRESIDENTE EVITA SE OPOR A MILITARES

### Comissão sem definição

O presidente Lula mantém indefinido o destino do decreto que remete à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995 para reconhecer e encontrar vítimas da ditadura. Segundo interlocutores, o objetivo é não interferir na relação “estabilizada” do Planalto com os militares.

### Sem alusão ao golpe

Lula barrou o governo de promover eventos alusivos aos 60 anos do golpe, completados no domingo e ao início da ditadura militar. A decisão provocou críticas de aliados e não foi seguida por todos os ministros. Lula alega não estar interessado em “ficar discutindo o passado” que causou muito sofrimento.

manos reabriu, em âmbito interno, o processo sobre o assassinato do ex-deputado Rubens Paiva. Sequestrado e torturado no governo Médici, Paiva foi dado como desaparecido em 1971 e teve a morte confirmada décadas depois. A decisão, por unanimidade, de reabertura do processo tem caráter sobretudo simbólico e de reparação da

memória. O caso foi arquivado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) durante o regime militar. A retomada do processo ocorreu dias depois de Lula orientar que ministérios não realizassem atos alusivos ao marco inicial da ditadura militar. Apesar do veto do presidente, ao menos oito titulares

de pastas se manifestaram sobre os 60 anos do golpe. O conselho integra o ministério comandado por Silvano Almeida, que planejava uma solenidade para a data — cancelada justamente pela determinação de Lula.

Durante a reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, conselheiros e a filha de Rubens, Vera Paiva, alfinetaram as recentes declarações do presidente.

— Ao contrário do que presidente Lula andou dizendo, queria ressaltar que lembrar o passado é a gente de um lado ampliar a compreensão do presente. É impossível compreender a tentativa de golpe do ano passado, sem entender quem eram as pessoas tentando dar o golpe — afirmou Vera.

A relatoria do caso ficará a cargo do conselheiro André Carneiro Leão.

## No site do GLOBO você encontra muito mais que informação.

**Notícias em tempo real para você, nosso assinante, se atualizar ao longo do dia.**

**Encontre as notícias que você procura com rapidez e facilidade;**

**Ampla cobertura de notícias nacionais e internacionais;**

**Opiniões e análises de mais de 50 colunistas;**

**Conteúdos diversos: vídeos, imagens, jogos e infográficos.**



Aponte o seu celular para o QR Code e acesse agora.

[www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

Assinantes O Globo Impresso 7 dias ou combo impresso / digital têm acesso a todo este conteúdo. Quer saber mais? Fale com O Globo pelo o WhatsApp (21) 4002-5300.

O GLOBO